

**PRÁTICAS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
DESCENTRANDO PERSPECTIVAS**

**PRÁCTICAS Y PROCESOS DE PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO:
DESCENTRANDO PERSPECTIVAS**

**PRACTICE AND PROCESSES IN THE PRODUCTION OF URBAN SPACE:
DECENTERING PERSPECTIVES**

Lucas Amaral de OLIVEIRA¹
Rafael de Aguiar ARANTES²

Aos olhos da sociologia urbana clássica, a cidade representou novos horizontes de incertezas e expectativas. Sua importância estava associada a ideais modernos de liberdade e igualdade, contrapontos às hierarquias e imobilidades do mundo rural/tradicional. Assim, para muitos autores do início do século XX (BURGESS, 2017; PARK, 1970; SIMMEL, 2002; WEBER, 1966; WIRTH, 1967), a emergência da vida urbana acarretou experiências coletivas ambíguas, ligadas a padrões específicos de sociabilidades, ora relativos ao cosmopolitismo, à civilidade, à convivência e à tolerância, ora a processos geradores de isolamento, solidão e indiferença.

No entanto, uma releitura crítica dessa tradição e de sua maneira de enquadrar a vida urbana que, à época, emergia na Europa implica um cuidado que pesquisas contemporâneas devem exercitar: não se pode ignorar que esses predicados, em geral, se confundiam com as dimensões do próprio processo de modernização, industrialização e urbanização por que passavam algumas poucas regiões metropolitanas do Norte Global, o que coloca em questão o *locus* explicativo sobre o qual se centrou parte do cânone da Sociologia Urbana no século XX.

Este ensaio, que abre o dossiê “Práticas e processos de produção do espaço urbano: descentrando perspectivas”, toma esse tensionamento como premissa. A perspectiva clássica que apreendeu e analisou a cidade como terreno do progresso civil, do desenvolvimento das potencialidades humanas – ou, então, como palco de reverberação de desconfianças e medos “modernos” –, perdeu de vista uma série de experiências de vida urbana que se acumularam e

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Professor do Departamento de Sociologia. Doutor em Sociologia (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1272-4722>. E-mail: lucasoliveira.ufba@gmail.com

² Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Professor do Departamento de Sociologia. Doutor em Sociologia (UFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3953-9340>. E-mail: rafaelarantes13@gmail.com



desenvolveram nas periferias do capitalismo global. Essas experiências são marcadas, de um lado, pelo passado colonial – e, portanto, pelos efeitos do tráfico negreiro transatlântico, da desterritorialização massiva de pessoas, da escravidão, do genocídio e do racismo –, que entrelaça historicamente “Norte-Sul” e “Sul-Sul”; de outro, pelos legados persistentes desse passado, que dificultam que problemas contemporâneos sejam resolvidos – como segregação, desigualdades, falta de infraestrutura, problemas na regulação e gestão urbano-ambiental, etc.

As cidades do Sul Global, quando consideradas pela geografia da teoria urbana hegemônica (ROY, 2009), aparecem de forma duplamente idealizada: inscritas sob o signo do subdesenvolvimento e da insuficiência, isto é, presas aos destinos históricos que elas próprias arquitetaram, de pobreza, informalidade, doenças, violência, privação; ou então como campos etnográficos interessantes, anômalos, exóticos e esotéricos. Há um binarismo que sustenta o pano de fundo dessas análises: de um lado, cidades “desenvolvidas” constituem “modelos” a partir dos quais teorias e políticas são produzidas; de outro, cidades “subdesenvolvidas” são consideradas “problemas” que requerem diagnósticos, em geral, pela importação de soluções (CASSIÁN-YDE, 2019) fornecidas por um urbanismo transnacional sob medida (MURRAY, 2013).

Para Carlos Vainer (2014), esse prisma que persiste nas ciências sociais³ decorre de uma “colonialidade do conhecimento urbano”, que tem como consequência a disseminação de modelos de cidade e espaços urbanos que não se acomodam às dinâmicas específicas do Sul Global. Trata-se de uma imposição epistemológica geradora de “práticas exemplares” de um urbanismo burguês, com receitas pretensamente universais de planejamento, avaliadas como mais adequadas e tidas, pelos poderes públicos e por iniciativas privadas, como referências. Mas é preciso considerar que tais modelos não são neutros: foram concebidos em contextos históricos específicos e situados, ainda que substancialmente diferentes àqueles para os quais esses projetos serão exportados e acionados na forma de políticas urbanas (CASSIÁN-YDE, 2019; JAJAMOVICH, 2017; JANOSCHKA; SEQUERA, 2014; PATEL, 2014; VAINER, 2014).

³ Parte dos debates que se desdobraram da Escola de Chicago e da Escola Francesa de Sociologia Urbana, ao longo do século XX, seguiram adstritos a um “imaginário territorial hegemônico do mundo” (AMIN, 2004). Mas, esse campo começou a mudar com o conhecimento empírico produzido no próprio Sul Global (KOWARICK, 1979; SANTOS, 1993) e com as novas epistemologias que despontaram na Sociologia entre os anos 1970 e 1980, como a Teoria Urbana Crítica (BRENNER, 2009; DEAR, 2003; MARCUSE, 2010) e o Urbanismo Subalterno (PATEL, 2018; ROY, 2011; 2015; ROY; ONG, 2011). Esses deslocamentos colocaram em cheque a gramática supostamente universal da “cidade” – considerando variações a partir dinâmicas locais – e as tendências metrocêntricas do urbanismo ocidental – que se concentram nas “cidades globais”, a partir de uma perspectiva normativa e eurocêntrica.



A aposta deste dossiê é que, para evitar leituras discrepantes das realidades urbanas do Sul Global, devemos pensar uma sociologia “relacional” do espaço urbano, o que implica percebê-lo a partir de seus “ritmos”, de suas cartografias de sentidos (FORTUNA, 2012), bem como das práticas, dinâmicas, divergências e convergências que tragam para o centro da análise oscilações, modulações e negociações que produzem espaços urbanos contemporâneos (SIMONE, 2018). Essa reorientação – teórica, metodológica e epistemológica, mas, também, ética e política – pode ajudar a Sociologia Urbana a enfrentar um desafio duplo para o seu descentramento. Primeiro, como problematizar os espaços autorizados de produção de saberes legítimos da/sobre a cidade incluindo os espaços historicamente negados, silenciados ou negligenciados? Segundo, como lançar luzes para as dinâmicas da vida urbana tecidas em outras latitudes e levar a sério aquilo que Agier (2015) chamou de novas formas fazer-cidade?

Este dossiê busca encarar novos desafios impostos à Sociologia Urbana produzida no Sul Global. Porém, aqui vale um alerta: ainda que reconheçamos certa inépcia das abordagens do Norte Global em lidar com realidades periféricas (EDENSOR; JAYNE, 2012; WATSON, 2009), sobretudo em razão de uma estrutura analítica universalista que fracassa em tensionar seus próprios lugares de pesquisa (RAO, 2006), seguindo Mabin (2015), rejeitamos a perspectiva de que teorias do Norte não podem ser úteis no Sul – as epistemologias viajam, inter cruzam-se e se retroalimentam, enriquecendo lugares, pessoas, políticas, redes, repertórios e movimentos. Trata-se, mais designadamente, de encarar fenômenos e problemas que são contemporâneos e que afetam diferentes cidades latino-americanas, a partir de eixos implicados em processos globais de produção do espaço urbano, mas analisados em contextos descentrados. Entre esses fenômenos e problemas, podemos considerar, por exemplo, os agenciamentos urbanos, as práticas culturais, os padrões de sociabilidade, os usos e contra-usos dos espaços públicos, as experiências históricas de ocupação e reterritorialização, as dinâmicas de segregação, as novas fronteiras que circunscrevem a “questão urbana” no estágio atual do capitalismo global e as “resistências subalternas” (ROY, 2011) que se fazem presentes nas cidades pós-coloniais.

Por meio da articulação de algumas searas disciplinares – como Sociologia Urbana e Sociologia da Cultura –, o objetivo foi reunir saldos de pesquisas e reflexões empiricamente orientadas, que, ao mesmo tempo, tensionassem as geografias da teoria, a partir de figurações, arranjos, disposições e estratégias responsáveis por deslocamentos materiais e simbólicos, negociações de sentido e formas de reapropriação do espaço público urbano contemporâneo.

Este texto de apresentação está dividido em mais três seções. Inicialmente, revisamos a literatura que informa estudos sobre as cidades contemporâneas, com foco na segregação, traço



significativo dos espaços urbanos no Sul Global. Em seguida, remontamos deslocamentos que têm redesenhado, hoje, o debate sobre espaço público, sociabilidades e práticas culturais, três dimensões que revelam que o urbano não constitui uma geografia estática, mas uma relação. Por fim, articulamos esses enquadramentos às contribuições que integram este dossiê. Cada um dos artigos, a sua maneira, registra diferentes dinâmicas de produção do espaço urbano contemporâneo, sejam elas hegemônicas ou contra hegemônicas, instituídas ou emergentes, centrais ou marginais, bem como agenciamentos importantes que, nos últimos anos, têm impulsionado os processos de reapropriação espacial e cultural em cidades latino-americanas.

A Cidade no Sul Global e a Questão da Segregação Socioespacial

Nas últimas décadas, uma série de transformações nos espaços urbanos tem levado as Ciências Sociais e, em especial, a Sociologia Urbana produzida no Sul Global a reorientar repertórios conceituais, enquadramentos metodológicos e chaves analíticas. Pouco a pouco, a cidade deixa de ser cenário de desdobramento de atividades, eventos, dinâmicas, relações e processos, para ser tratada, de um lado, como espaço socialmente construído por meio das interações, dos agenciamentos e das disputas, e, de outro, como produtora e reprodutora de determinações sociais de classe, raça, gênero, ocupação, residência e outras clivagens.

Esses rearranjos trouxeram às pesquisas urbanas novos cruzamentos temáticos para lidar com os problemas que afetam as cidades contemporâneas nas periferias do capitalismo global, como a dissolução sistemática do espaço público (BORJA, 2003; BORJA; MUXÍ, 2003), a rejeição da convivência intercultural (JIMÉNEZ, 2000; NORONHA, 2022), o enfraquecimento dos laços de sociabilidade firmados em políticas de alteridade (CALDEIRA, 2000; DAMMERT, 2013; DAVIS, 2009; DUHAU, 2001; SENNETT, 1988), etc. A esses se relacionam o fechamento da vida urbana (SMITH; LOW, 2006), a proliferação de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000; MARCUSE, 1997), a suburbanização (HERNÁNDEZ-FLORES *et al.*, 2017), a periferização (SANTOS *et al.*, 2017) e a urbanização espalhada (SANTOS, 1993), uma tendência de fuga das patologias urbanas (ARANTES, 2014), o racismo fundiário e as injustiças socioambientais (ACSERALD *et al.*, 2004; GOMES, 2019; JESUS, 2020), as políticas de gentrificação, revitalização e butiquização (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; CARRIÓN; HANLEY, 2005; SMITH, 2007), os modelos normativos de espaço público de vieses higienistas (CASSIÁN-YDE, 2019), as novas disputas sobre espaços periféricos (OLIVEIRA, 2020; PARDUE; OLIVEIRA 2018; RAO, 2006; ROSA, 2018; ROY, 2011), etc.



Esses rearranjos também impactaram agendas mais globais das pesquisas urbanas, ainda que com impactos e modulações localmente variáveis. Exemplos são os estudos sobre governança neoliberal e financeirização das grandes cidades, que têm questionado em que medida processos de privatização do espaço público vêm se acentuando sob a égide do desenvolvimento local (ARANTES, 2021); ou os trabalhos que analisam como cidadãos/as, amedrontados/as com o aumento da violência e da repercussão midiática incentivada pelo “capital do medo” (BAUMAN, 2009), cada vez mais, buscam a “auto segregação” em busca de proteção, privilégios e distinção (FREY; DUARTE, 2006). Esses e outros processos estão ligados à escala e à forma das cidades contemporâneas, assim como à incapacidade e à omissão dos estados em elaborar políticas voltadas à dilatação dos espaços públicos, o que repercute em dinâmicas de agenciamento da vida cotidiana em espaços públicos e padrões de sociabilidade.

A vivência dos espaços públicos e a constituição de relações de sociabilidade se defrontam com tendências de segregação e privatização. No limite, a segregação socioespacial pode ser identificada, hoje, como uma característica fundamental das cidades do Sul Global (CALDEIRA, 2000; DAMMERT, 2013; DE MATTOS, 1999; 2004; DUHAU, 2001; JANOSCHKA, 2002; RAMÍREZ KURI, 2008; VEIGA, 2005). Essa marca é uma das colonialidades que conformam as cidades nas periferias do capitalismo, espelhando diferenças econômicas, raciais, sociais e culturais que definem sociedades que, até hoje, sofrem com os resquícios do colonialismo.

Ainda que na literatura sociológica clássica vários autores tenham chamado a atenção para injustiças decorrentes dos processos de urbanização, o tema da segregação passou a ser objeto de preocupação sociológica com os trabalhos da Escola de Chicago⁴, que focaram, em suas abordagens, a segregação étnica e racial de pessoas negras, migrantes e outras minorias (BURGESS, 2017; PARK, 1928; STONEQUIST, 1935; WHYTE, 2005; WIRTH, 1997). Posteriormente, na França, os estudos passaram a privilegiar as desigualdades entre categorias ocupacionais, enquadrando o fenômeno como consequência direta e indireta da dinâmica do mercado de trabalho, com ênfase na questão da classe social (PRÉTECEILLE, 2003). Na América Latina e, em especial, na tradição sociológica brasileira, as análises urbanas também

⁴ Não devemos esquecer que houve – como há em toda tradição – o apagamento de contribuições de mulheres e negros, expressão do racismo e do androcentrismo na teoria social (ALATAS; SINHA, 2017). Podemos citar dois exemplos: o pioneirismo de W.E.B. Du Bois e do grupo de intelectuais negros e ativistas dos direitos civis que se formou ao seu redor no “Laboratório de Atlanta”, debruçando-se sobre as dinâmicas de exclusão racial urbana (MORRIS, 2015); e as iniciativas de pensadoras coetâneas a Robert Park e Du Bois – como Jane Addams, Florence Kelley, Ellen Gates Starr e outras –, que compunham a “Hull House”, um grupo preocupado com questões que envolviam moradia, migração, políticas de assistência social, etc. (SELTZER; HALDAR, 2015; VALLADARES, 2010).

se fundamentam na perspectiva de estratificação; mas o foco recaiu na dimensão da renda e das categorias sócio-ocupacionais, sobretudo ao mostrar como a segmentação do universo do trabalho, a dinâmica do mercado de terras e a atuação do Estado ainda eram fatores determinantes na persistência da segregação socioespacial (MARQUES, 2005; RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

Até os anos 1990, poucos estudos produzidos no Brasil se reportavam à articulação entre raça e segregação. Possivelmente, isso decorreu, em primeiro lugar, da influência do marxismo na conformação da Sociologia Urbana brasileira, entre 1960 e 1980, que centralizava a questão da classe; em segundo, da imagem idealizada de sociedade cordial erigida ao longo do século XX, motivada por discursos sobre relações raciais no país⁵. Entretanto, novos trabalhos têm colocado a questão racial e outros marcadores no centro da análise da segregação (CARVALHO; ARANTES, 2021; FRANÇA, 2015; GARCIA, 2009; ROLNIK, 1989; SILVA, 2006; SILVEIRA; MUNIZ, 2014; TELLES, 2003).

Como salientou Bógus (2009), a ideia de segregação, em uma definição genérica, remete a uma separação entre determinados grupos no espaço das sociedades. Essa divisão é resultado ou reflexo das relações que se estabelecem, historicamente, a partir da estrutura e da estratificação, das normas e das culturas vigentes, ao que se somam o modelo fundiário e de acesso à terra. A segregação diz respeito, portanto, à desigualdade de apropriação do território que gera, por sua vez, uma separação hierarquizada entre os vários segmentos populacionais que compõem a estrutura do espaço urbano. Portanto, a segregação diz respeito a relações de poder e dominação, muitas vezes associadas a questões de classe, raça, gênero e ocupação. Afinal, a segregação é responsável por atrelar predicados geográficos com outras clivagens, por exemplo, relacionando hierarquias espaciais (separação dos segmentos no espaço físico da cidade) e sociorraciais (que reproduzem desigualdades de apropriação do solo urbano⁶).

Marques (2005) mostra que a segregação envolve, ao menos, três processos: o isolamento radical, a desigualdade de acesso e a separação homogeneizadora. O primeiro caso se refere a uma dimensão extrema da segregação socioespacial, conotando isolamento total, que se traduz na formação de “guetos” ou “cidadelas” (MARCUSE, 1997). Enquanto que no gueto

⁵ Donald Pierson, por exemplo, aluno de Park e um sociólogo importante no desenho do “Projeto UNESCO” sobre as relações raciais no Brasil, em sua pesquisa na cidade de Salvador, na década de 1930, identificou a segregação socioespacial existente entre segmentos negros e brancos, mas interpretando-a como “coincidência” entre as dimensões sociais e raciais, destacando que não existiria, na Bahia, “esforço proposital de segregar as raças a fim de manter distinções de casta, como em várias partes dos Estados Unidos” (PIERSON, 1945, p.73-74).

⁶ A segregação nas cidades se manifesta, também, sob a forma de racismo ambiental (ACSERALD *et al.*, 2004; JESUS, 2020) e “racismo fundiário” (GOMES, 2019), injustiças socioespaciais a que grupos racializados – ou seja, não-brancos – estão sistematicamente submetidos, fazendo com que seus territórios, propriedades e formas de vida sofram, desproporcionalmente, determinantes espaciais da desigualdade (OLIVEIRA; MANZI, 2020).



atua uma força externa que impede que os indivíduos saiam, no enclave excludente, é uma força interna que impede a entrada de grupos indesejáveis, realidade cada vez mais visível das cidades contemporâneas que Caldeira (2000) chamou de “cidades de muros” ou “enclaves fortificados”, que dizem respeito a áreas de lazer, consumo, trabalho e moradia protegidas e monitoradas por tecnologias avançadas de segurança, restritas e privativas às classes mais altas da estrutura social. A autosegregação das elites tem ampliado a apartação entre grupos, impondo um corte racial evidente. No que tange aos guetos⁷, sua formação relaciona-se a um processo mais radicalizado e aberto, pois não se trata de uma força externa – que poderia ser saldo das contingências do campo econômico –, mas a dispositivos jurídicos e estatais institucionalizados de manutenção das hierarquias, tais como os zoneamentos.

No caso do Brasil, Marques (2005) salienta que a segregação socioespacial deve ser abordada indiretamente, utilizando seus dois outros sentidos – desigualdade e separação. De um lado, os distintos espaços urbanos são caracterizados pelos diferenciais de acesso a serviços, infraestruturas, equipamentos, bens, oportunidades etc. De outro, a segregação pode ser examinada a partir da conformação dos diferentes grupos no espaço, dinâmica que produz subáreas de relativa homogeneidade, com pessoas oriundas dos mesmos segmentos de classe e raça. As duas dimensões coexistem na realidade brasileira, em que áreas de homogeneidade sociorracial de pobreza espelham a precariedade de acesso a políticas, oportunidades, capitais.

Para complexificar as análises sobre cidades das periferias do capitalismo global, é preciso atentar para o fato de que há uma diferença entre a segregação espacial e a segregação social (BÓGUS, 2009), na medida em que podem existir grandes distâncias sociorraciais em contextos de proximidade geográfica. Segundo Andrade e Silveira (2013), boa parte das cidades brasileiras convivem com diferentes escalas de segregação. No plano macro, mantém-se, de maneira geral, o padrão “centro-periferia”, no qual a distância geográfica naturaliza a distância sociorracial. No entanto, esse modelo convive com a presença de áreas de ocupação popular em zonas de maior valorização ou, mais recentemente, em enclaves construídos em periferias e subúrbios. Nesse modelo, embora haja proximidade física, a distância é construída por outros marcadores de diferença que são materiais – como muros, cancelas e cercas –, mas, fundamentalmente, simbólicos – a cor da pele, a aparência física, práticas, etc.

⁷ Segundo Wacquant (2004), o conceito de “gueto” é usado, principalmente, na historiografia da diáspora judaica e do nazismo, bem como na sociologia da experiência negra nas metrópoles estadunidense do século XX e na antropologia sobre a marginalidade étnica na África e na Ásia oriental. Nessas abordagens, “gueto” denota uma área urbana restrita, com uma rede de instituições ligadas a segmentos específicos e uma constelação cultural e cognitiva constituída de valores e mentalidades. Isso implica estigmatizações que minam laços de solidariedade local e favorece a “racialização” dos espaços, gerando isolamento de alguns grupos (WACQUANT, 2001) e o truncamento do próprio espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes (WACQUANT, 2004, p. 155).



A segregação socioespacial coloca em cena uma dialética baseada na relação contraditória entre heterogeneidade social da cidade, elemento marcante da aglomeração das pessoas nos espaços, e as relações de poder e dominação. Tal fenômeno impacta a vida urbana em geral, mas sobretudo territórios específicos dos diversos segmentos sociais que produzem a cidade, bem como seus padrões de sociabilidade, seus encontros nos espaços públicos, suas dinâmicas de interação, seus agenciamentos, suas experiências e práticas. As diversas realidades sociais existentes nas cidades no Sul Global são marcadas por esses arranjos, que oscilam entre a diversidade do tecido urbano e suas contradições internas, o que compreende não apenas a dinâmica dos/as agentes na/pela cidade, mas também os processos econômicos e culturais, onde as desigualdades e as hierarquias da cultura urbana têm peso relevante. Trata-se de uma dialética importante para a compreensão do urbano em seus diversos contextos.

Espaços públicos, padrões de sociabilidade e práticas culturais urbanas

O espaço público é o lugar onde as relações entre pessoas e cidades se articulam de maneira mais direta (RAMÍREZ KURI, 2008), revelando formas de organização, ressignificação e/ou desintegração da vida comum. Por isso, tratar da produção do espaço contemporâneo é refletir sobre o espaço público em suas diversas manifestações, o que permite entender como se constituem as interações, arranjos, redes e sociabilidades colocadas em prática por seus agentes, que fazem, vivem e transformam a cidade (AGIER, 2015; CARLOS *et al.*, 2014).

Segundo Joseph (2002), o termo espaço público designa fenômenos que não são exatamente iguais, como esfera pública e espaço público urbano. De acordo com o sociólogo francês, existem duas tradições mais canônicas que pensaram os espaços públicos: a tradição europeia, voltada para uma compreensão associada à urbanidade, à cidadania e à democracia; e a tradição estadunidense, ligada aos estudos de ecologia urbana da Escola de Chicago, preocupada com análises sobre estrutura espacial da cidade e sistemas de hierarquia urbana.

A tradição europeia, fortemente influenciada pelas formulações de Jürgen Habermas inicialmente apresentadas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003), remete a uma esfera pública que começou a tomar forma no século XVIII, quando a constituição de uma cultura urbana se opôs aos espaços de poder da corte e da igreja. Tal cultura se constituiu nos salões e cafés e, posteriormente, tomou como meio a imprensa escrita. O uso livre e público da razão – expressão tomada de Kant por Habermas – seria a regra constitutiva desse espaço público que se conforma como arena abstrata de debates. A razão livre e pública garantiria a



autorregulação da sociedade heterogênea que se assentava na pressuposição de igualdade entre membros da esfera pública (HABERMAS, 2003; JOSEPH, 2002). Essa tradição entendia o espaço público como esfera ou cultura do comum e, portanto, como ambiente onde se pode enunciar coisas, *locus* de discussão e visibilidade. Ou seja, trata-se de um lugar de disputa, controvérsia e debate, onde a conversação está no coração do dispositivo da civilidade. Essa sociedade, que se fundamenta na urbanidade – e, com efeito, na estabilidade e na coerência –, possui características opostas ao modelo da sociedade monárquica, preso a hierarquias e dependências, pautado na mística e na experiência fechada e interior (JOSEPH, 2002).

Já a tradição norte-americana, ainda segundo Joseph (2002), foge dessa compreensão abstrata do espaço dialógico e desce ao nível da rua e do espaço concreto para interrogar sobre a sua natureza, sobre sua relação com as atividades cotidianas e ordinárias. A ênfase se volta para o espaço material, o que não quer dizer simplesmente espaço físico, mas um espaço visual e sonoro, cheio de agentes e objetos. Não se trata de um espaço de visibilidades mútuas erigidas em torno de julgamentos, mas um ambiente de encontros e de deslocamentos, um lugar com nichos, margens e fronteiras. Essa abordagem obriga a pensar a coabitação e a co-presença de populações diferentes, mas, sobretudo, sua competição por espaço, as dinâmicas de cooperação e os padrões de socialização que estão em jogo na ecologia urbana. Na dinâmica desse espaço, a mobilidade das pessoas se torna fenômeno central, na medida em que ela cria misturas e espaços de intermediação e negociação. A urbanidade, então, muda de natureza e passa a supor a capacidade civil de administrar e gerenciar conflitos de classe, interétnicos, sociorraciais e culturais, ou seja, conflitos entre os mais diversos segmentos populacionais que convivem no mesmo território. Esta tradição, portanto, foca na interação entre diferentes grupos sociais nos seus usos cotidianos do espaço urbano.

Thierry Paquot (2009) coloca questões semelhantes às de Joseph (2002) no que tange às diferenças entre a esfera pública e o espaço público urbano. Segundo suas considerações, espaço público é um singular cujo plural – espaços públicos – não o corresponde. O primeiro evoca o lugar do debate político, da confrontação de opiniões, uma forma de comunicação, de circulação de ideias e, em última instância, uma prática democrática. A formação no plural, por sua vez, designa locais abertos a públicos, de acordo com as condições da acessibilidade e gratuidade, independentemente de seu estatuto jurídico. Os espaços públicos colocam as pessoas em relação, ao menos potencialmente, uma vez que nesses espaços elas se cruzam, se encostam, se cumprimentam, conversam, se conhecem ou, então, se evitam, se ignoram, se agridem (PAQUOT, 2009). Apesar da diferença entre os termos, as duas formações têm em comum a ideia de partilha, relação, troca e circulação. Não são fenômenos iguais e, portanto,



não podem ser reduzidos um ao outro; mas possuem uma profunda articulação, o que justifica uma análise que leve os dois fenômenos a um bom termo.

Este dossiê busca se aproximar de uma imagem mais fluída de espaço público, entendido para além de sua acepção físico-espacial, englobando fronteiras e territórios simbólicos de experiências, convivialidades, políticas, encontros e afetos. Com efeito, ele pode ser tratado de duas formas: em sua dimensão ordinária, ou seja, do “mínimo social vital” relativo tanto aos detalhes do cotidiano quanto em sua dimensão extraordinária (AGIER, 2011; SIMONE, 2018); e também a partir das mobilidades e dos trânsitos, das formas de coabitação e co-presença, nas dinâmicas de competição em nichos e margens (FREHSE, 2016; JOSEPH, 2002).

Os espaços públicos não são dados de antemão; são fenômenos produzidos por meio de dinâmicas que podem ser de ordens políticas e culturais, locais e translocais, hegemônicas e marginais. Tentando superar as dificuldades de conceituação com vistas à elaboração de pesquisas empíricas, Arantes (2021) considera que os espaços públicos urbanos envolvem, em sua forma ideal-típica, ao menos, quatro dimensões: a) uma *geografia pública* (são espaços físicos de acessibilidade ampla, que não se fecham *a priori* à diversidade e às trocas sociais); b) uma certa *vitalidade* (são efetivamente utilizados, permitindo usos variados e expressando uma relativa diversidade social); c) uma *diversidade* de ações e relações de sociabilidade; e d) uma *funcionalidade* como palco, arena ou cena de movimentos políticos e práticas culturais, quando se conformam como substratos da mobilização, participação e debate (HARVEY, 2014).

Assim, estende-se que os espaços públicos envolvem uma dimensão prática, que articula a preocupação dos seus usos efetivos, conforme a tradição estadunidense, mas também seus conteúdos, conforme a tradição europeia. Isso permite que o conceito seja utilizado em novos contextos empíricos descentrados, por vezes muito distantes dos lugares onde foi originalmente elaborado – como no caso dos espaços urbanos do Sul Global.

Nesse sentido, podemos dizer que a sociabilidade é a expressão concreta da realização dos espaços públicos, no sentido dos *rituais* e das *práticas* (BORDREUIL, 2002), que dão sentido aos seus usos e contra-usos da cidade (LEITE, 2002; FORTUNA; LEITE, 2013). A publicização da vida é um processo que envolve a socialização e o público – tanto a esfera pública quanto os espaços públicos urbanos –, ou seja, se refere a um lugar de comunicação e de ação. Conforme destacam Paquot (2009) e Carrión (2016), os espaços públicos são relacionais, na medida em que colocam as pessoas em articulação constante. Segundo Joseph (1999, p. 22), “com a sociabilidade, a estética da conversação e do consenso concertado



[associados à esfera pública] se transfere para o sistema da rua”, de forma que os espaços públicos se tornam instrumentos de dramatização da intersubjetividade prática e dos agenciamentos coletivos. Essa perspectiva rompe com uma visão contemplativa do espaço urbano, identificando seu “ballet interacional” (BORDREUIL, 2002, p.52), sendo que seu caráter público não depende, tão e somente, do espaço físico, mas dos tipos de práticas, das relações e dos agenciamentos que são disputados, construídos e que prevalecem nesses espaços.

É importante considerar que, fragmentárias ou não, geradoras de vínculos ou conflitos, as interações que dão forma à sociabilidade expressam e reconstróem elementos fundamentais da formação de dada sociedade, as hierarquias e privilégios sociais e raciais, as formas de apreciação da igualdade e da diferença, as experiências culturais e sociais, as demandas políticas, além dos elementos associados aos diversos conflitos e às formas de distinção. A dimensão simbólica dos espaços públicos e dos seus usos e contra-usos ganha, nesse sentido, contornos que podem ser enunciados pela ideia de “práticas culturais urbanas” (OLIVEIRA, 2018; 2020). Refletir sobre tais práticas é considerar, ao menos, duas dimensões de modo articulado: uma concepção espacializada da cultura e uma concepção cultural de cidade.

A primeira tem a ver com agenciamentos cuja arena de manifestação é o espaço urbano, o que inclui estratégias, trajetórias e experiências, individuais e coletivas, formais e informais, implicadas em tensionar dinâmicas de diferentes cidades. Esses agenciamentos constituem formas e processos de organização da subjetividade que pessoas, organizações, coletivos, movimentos e redes articulam, de maneira a constituir vínculos afetivos ou politicamente orientados com os espaços urbanos (CALDEIRA, 2010; PARDUE; OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA, 2018). Visto que o sentido desses agenciamentos deriva de processos socioculturais que sustentam a vida em cidades contemporâneas, em especial em contextos descentrados, é preciso considerar o espaço urbano como um local de determinantes socioinstitucionais, físicos/espaciais e simbólicos que as pessoas co-constroem, cotidianamente, à medida que desenvolvem suas trajetórias de vida (JOVCHELOVITCH *et al.*, 2020).

Isso nos leva a uma compreensão mais situada – e, justamente por isso, mais dilatada – de cultura urbana, que se refere a práticas cotidianas que produzimos e que nos produzem, de modo concomitante e processual, o que inclui modos de existência, visões de mundo e padrões de entendimento das relações. Essas relações conferem sentido e organizam a vida de diferentes segmentos populacionais, sempre em resposta a desafios e transformações nas condições de vida. Tendo em vista que são socialmente produzidas e reagem a mudanças específicas, contextualmente condicionadas, esses agenciamentos possuem lastros espaciais que implicam



na forma como são articulados os padrões de sociabilidade e as dinâmicas de convivialidade nos espaços públicos, incluindo relações tecidas em espaços urbanos contemporâneos ocupados por ou negados para agentes marginalizados/as – em termos de raça, classe, gênero, sexualidade, geração, residência, ocupação, etc.

Isso nos leva à segunda dimensão das práticas culturais urbanas, que se refere a um enquadramento cultural de cidade. Trata-se de reconhecer que, antes de uma normatividade estável e coerente, a cidade é construída por intermédio de uma relacionalidade que envolve diferentes agentes e geografias, usos e contra-usos dos espaços, práticas formais e informais de produção e reprodução da vida cotidiana, processos de apropriação e reapropriação de territórios, formas de auto-organização e comunalização, conflitos e arranjos vinculados às materialidades da vida (CASSIÁN-YDE, 2019). Ou seja, a cidade não constitui uma mera *ficção reguladora* da vida contemporânea (ROY, 2009), tampouco deve ser entendida como uma imagem acabada da urbanidade metrocêntrica (BUNNELL; MARINGANTI, 2010), ou então como protótipo desejável e universalizável do modelo das *cidades globais* (SASSEN, 1991; TAYLOR, 2000). O recorte cultural repertoriado, aqui, nos leva a perscrutar a cidade a partir de suas zonas de intermediação e tensão (FORTUNA, 2016; FORTUNA; LEITE, 2013; JACQUES, 2010), de seus processos produtivos (LEFEBVRE, 2006), vale dizer, como formações heterogêneas que, por estarem em constante reformulação, em disputa, são objetos virtuais inacabados, ou melhor, por se acabar pela potência criativa ou destrutiva de seus agentes (SANTOS, 1993).

Ao pensar a cidade como produto de processos socioculturais e políticos, como formação que se manifesta a partir de suas dinâmicas internas, devemos considerar ao menos duas possibilidades. Por um lado, a cidade pode constituir a esfera da possibilidade de existência entre diferentes e arena histórica de direitos e cidadanias (HOLSTON, 2013; LEFEBVRE, 2001; MORANGE; SPIRE, 2015; ROSALDO, 2000; STEVENSON, 2003), pois, como fato social, político e cultural, condensa espaços abertos para a transformação, para o surgimento do novo, para o futuro (MASSEY, 2008). Mas, por outro, considerando que as cidades são marcadas, também, por diferentes regimes de discriminação e violência, elas podem se verter em resultado de lógicas locais e translocais de produção e reprodução de desigualdades, hierarquias, segregações, colonialidades e subalternidades.

Assim, quando afirmamos que a produção do espaço urbano também compreende uma dimensão cultural, queremos dizer que a cidade é construída por pessoas, cujas práticas e experiências são determinantes não apenas para a geração de sentimentos de pertença e identificação, mas, sobretudo, para a composição de padrões de sociabilidade e estratégias



informais de produção e reprodução da vida cotidiana. Nessa medida, uma Sociologia Urbana produzida no Sul Global deve levar em conta esses agenciamentos, pois eles impactam o uso, a politização e a ressignificação que espaços urbanos contemporâneos têm ensejado.

Descentrando o Espaço Urbano Contemporâneo: algumas contribuições

Além deste artigo de teor introdutório, o dossiê “Práticas e processos de produção do espaço urbano: descentrando perspectivas” é composto de mais sete itens, compreendendo seis artigos inéditos e uma entrevista com o cientista social equatoriano Fernando Carrión Mena.

O primeiro artigo, *A Pandemia Territorializada: vida cotidiana em dois bairros de Buenos Aires*, de María Mercedes Di Virgilio, María Agustina Frisch e Mariano Perelman, da Universidade de Buenos Aires (UBA), propõe uma análise espacialmente condicionada sobre o isolamento social, a quarentena e a progressiva reabertura no contexto pandêmico da cidade portenha. Os/as autores/as pensam a COVID-19 a partir das práticas sociais dos/as residentes de dois bairros de classe média – Lugano e San Telmo –, enfatizando as variações ocorridas nos padrões de sociabilidade, mobilidade, trabalho, lazer e cuidado.

Um dos argumentos desenvolvidos no texto é que o universo doméstico passou a ter protagonismo inusitado, convertendo-se em um tipo de “espaço total” de trabalho, educação, cuidado, saúde, interação e entretenimento. A rotina cotidiana, por sua vez, deixou de ser sistematizada ao redor dos locais de trabalho, reconfigurando-se nos bairros de moradia. Nesse processo que se retroalimenta, relações de convívio e vizinhança passaram a ter protagonismo na manutenção da vida urbana, bem como em práticas e padrões de sociabilidade dos/as residentes. Com efeito, uma nova dinâmica de produção do espaço emergiu na pandemia, estabelecendo formas renovadas de ver e experimentar os bairros, que também repercutiu na revalorização do espaço público, como parques e áreas verdes. Outro ponto assinalado pelos/as autores/as é que a pandemia gerou dificuldades associadas à escolarização de crianças, ao medo constante dos contágios, à preocupação com familiares vulneráveis e às sensações de confinamento e angústia. Esse contexto produziu novos modos de manutenção da vida cotidiana, que não se esgotam no componente econômico: envolvem formas outras de sociabilidade, ressignificação do espaço doméstico, revalorização do espaço público, fortalecimento das redes de convívio, construção de vínculos fortes com os bairros e uma reacomodação socioespacial afetiva nesses espaços urbanos. Esse processo, ainda em curso, tem gerado um novo prisma através do qual a cidade é percebida e vivida.



O segundo artigo, *Experiências Urbanas Segregadas: locais de moradia, trajetórias e redes pessoais de negros e brancos em São Paulo*, de Danilo França, da Universidade Federal Fluminense (UFF), evidencia a importância da raça e do local de residência na conformação de práticas e relações espacialmente segmentadas e, portanto, na geração de experiências urbanas variadas. A partir de 28 entrevistas, realizadas em três bairros da metrópole paulistana – Itaim Bibi, São Miguel Paulista e Tatuapé –, o autor se debruça sobre relações espacialmente condicionadas de pessoas negras e brancas de classes médias e altas. A análise das redes pessoais leva Danilo França a argumentar que o espaço configura fator de homofilia, ou seja, da construção de relações pessoais baseadas em semelhanças de atributos. Nos casos analisados, pessoas brancas de classe média e alta são mais racialmente homofílicas do que pessoas negras do mesmo segmento social, exibindo características de fechamento. Em contraposição, os resultados mostram que pessoas negras possuem redes mais abertas e misturadas, ainda que composta em boa parte de parentes. A análise dos trajetos urbanos, por outro lado, revela que, em geral, pessoas brancas estão mais voltadas para a circulação em áreas nobres do que as negras. As redes pessoais embranquecidas e a maior frequência física em áreas enobrecidas da cidade, combinadas com as dinâmicas de concentração residencial de brancos e negros na cidade, apresentam um quadro de reforçadas evidências de isolamento – espacial, social, racial e de trajetos e mobilidades – por parte de pessoas brancas de classe média e alta em São Paulo. Assim, considerando que pessoas negras e brancas estão residencialmente segregadas na cidade, também são segregadas suas redes pessoais e os locais que frequentam.

Argumentando que a segregação socioespacial possui uma clivagem entre grupos, que por sua vez é firmada através da sobreposição entre classe, raça e espaço, o autor conclui que pessoas negras são mantidas à distância – territorial e social –, mesmo quando pertencem à mesma fração de classe que pessoas brancas. Nesse sentido, desigualdades e hierarquias racialmente condicionadas reproduzem uma disposição de tipo estamental (isto é, de grupos de status), em que “brancos-ricos” se opõem a “pretos-pobres”, o que confere à segregação no espaço urbano contemporâneo uma importância significativa para a constituição das barreiras que estruturam as relações raciais no Brasil.

No terceiro artigo, *Podemos Falar de Gentrificação em Favelas? Estudo de caso acerca da requalificação urbana no Bairro da Paz*, Maria Gabriela Hita e Emilly Mascarenhas Costa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), debruçam-se sobre processos contemporâneos de gentrificação em comunidades periféricas. A partir de um estudo de caso que vem ocorrendo desde 2005, no Bairro da Paz, em Salvador, mas com foco no período de 2013-2016, as autoras analisam a implementação do Programa Casa Legal – colocado em prática pelo poder público



municipal a fim de atender demandas de regularização fundiária –, para refletir em que medidas ações de “requalificação” e “revalorização” de periferias urbanas se relacionam com processos de gentrificação, sobretudo no que tange às iniciativas para atrair os interesses do capital imobiliário.

O argumento das autoras é que o Bairro da Paz vem passando por um processo discreto e lento de gentrificação, que poderá ter como consequência a redução da área central do bairro, com desapropriações enquadradas nas justificativas de “riscos ambientais” ou “necessidades públicas”. Contudo, o bairro poderá sofrer transformações no que diz respeito ao tipo de composição social interna das pessoas que saem, que ficam e que chegam. Essas transformações podem levar o bairro a um processo gradual, de médio e longo prazo, de maior “aburguesamento”. As autoras concluem que o conceito de gentrificação, ainda que pensado inicialmente para enquadrar processos em regiões centradas das cidades, quando operacionalizado a partir das variações e modulações locais e captadas por imersões etnográficas, pode ajudar a Sociologia Urbana a dar conta de transformações contemporâneas produzidas por iniciativas público-privadas em espaços periféricos, que antes eram entendidos na chave das políticas higienistas e de desapropriação.

No quarto artigo, *A Nova Condição do Rap: de cultura de rua à São Paulo Fashion Week*, Daniela Vieira dos Santos, da Universidade Estadual de Londrina, se debruça sobre alguns processos contemporâneos de legitimação social e simbólica do rap, a partir de uma articulação ente rap e moda, de um lado, e rap e gastronomia, de outro. Sua hipótese é que, ainda que o movimento hip-hop, em seus primórdios, tenha surgido como manifestação artística e política de pessoas negras que traziam a questão do território e do lugar de origem como fundamentais, hoje, o rap não se associa apenas à “cultura de rua”. À medida que ele começa a se desvincular de seu espaço de enunciação, alcançando um público mais amplo, ela passa a se articular com lógicas comerciais do mercado fonográfico, sendo tratada na chave do “gênero musical”. Assim, para compreender a *nova condição do rap*, é importante observar as implicações da incursão do movimento hip-hop, como um todo, em espaços não necessariamente circunscritos à chamada “cultura periférica” ou “cultura de rua”.

Contudo, a autora argumenta que esse novo lugar social e simbólico no contexto brasileiro tem permitido não apenas a bifurcação entre os termos “gênero musical” *versus* “cultura periférica”, mas um processo de legitimação no qual o rap tem se formalizado para além da perspectiva de “gênero musical”, ganhando reconhecimento em espaços mais “enobrecidos” da cidade. Analisando a estreia da LAB Fantasma na São Paulo *Fashion Week*, em 2016, e o projeto gastronômico da Rap Burger, também na capital paulistana, Daniela Vieira



dos Santos examina como as representações ligadas ao movimento hip-hop e, mais designadamente, ao rap acabam se dilatando: de um lado, fazendo com que tanto o “gênero” quanto a “cultura” suplantem seus territórios de origem; de outro, fazendo com que a própria periferia “se estilize” enquanto marca. Contudo, não se trata de uma marca apenas comercial, mas, também, de uma marca que abre possibilidades de superação de algumas hierarquias raciais historicamente construídas, de submissão dos negros dentro de uma narrativa de derrotas, exploração e violências.

No quinto artigo, *Apropriações e Reapropriações Culturais em Salvador: sobre a espetacularização urbana e a dialética da malandragem*, Ewerthon Clauber de Jesus Vieira, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), enfrenta dimensões ambíguas do processo de produção do espaço urbano. No contexto dos megaeventos esportivos da FIFA (2013-2014), em Salvador, o autor analisa as relações entre lógicas de produção do espaço e seus efeitos nas formas como as pessoas experimentam, usam e tensionam a cidade. Vieira parte de uma tipologia analítica sobre as “práticas de apropriação e reapropriação cultural”, para entender os conflitos ocorridos durante a preparação e realização dos megaeventos na capital baiana. Entre os casos analisados, vale mencionar as atuações das Baianas do Acarajé diante da hesitação do poder público em emitir a autorização para o exercício comercial de seus ofícios, a organização político-cultural e lúdica do Bloco Afro Tambores do Mundo, bem como dos grupos carnavalescos Pipoca Indignada e Rodante, e a dinâmica de vendedores informais e dos agentes “não consumidores” em *espaços de consumo*.

A partir da potencialidade analítica desses casos, o autor se debruça sobre a relação entre apropriação e reapropriação cultural do espaço, mobilizando a noção de “dialética da malandragem”, de Antonio Candido. O objetivo é entender a produção da cidade como resultado de processos antagônicos, ou seja, a partir das estratégias oscilantes e residuais colocadas em prática pelos diversos agentes que disputam o urbano, movimentando-se entre os polos da ordem e da desordem, da dominação e da resistência, das correspondências e das dissidências. A experiência de sediar a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014, fomentou o esgarçamento da mercantilização urbana e cultural de Salvador, sobretudo por meio de uma tendência normativa de mobilizar supostas particularidades como formas de “objetificação da cultura local” – por exemplo, realçando imagens de consumo da cidade para fins de promoção turística. Nesse contexto, as resistências não foram agenciadas na forma de organizações coletivas, mas como “sobrevivências marginais”, táticas isoladas e, muitas vezes, individualizadas que não criaram condições necessárias para o enfrentamento das políticas de planejamento e requalificação urbana neoliberais. Pelo contrário, os casos empíricos



explicitaram um hostil horizonte do “salve-se quem puder”, que, segundo o autor, vem se tornando uma lógica idealizada de *empreendedorismo* de cunho espetacular.

No sexto artigo, *Fraturas Espaciais: a toponímia como tipologia de dominação social*, Rafael Alves Orsi, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rodrigo Alberto Toledo, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Murilo Petito Cavalcanti, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), analisam, comparativamente, a simbologia e a carga social presentes nos nomes de conjuntos habitacionais do CDHU e do Programa “Minha Casa Minha Vida”, de um lado, e de áreas condominiais nas cidades paulistas de Araraquara e Taubaté, de outro. O objetivo do trabalho é examinar em que medida a moradia, articulada a partir de territórios esquadrihados em bairros, desnudam as assimetrias de poder político-social e a segregação espacial.

Trata-se de uma contribuição importante aos estudos críticos sobre cidade. Fugindo de certa tendência da teoria social urbana hegemônica de privilegiarem regiões metropolitanas e “cidades globais”, os autores se debruçam sobre dois municípios paulistas médios sob a luz da simbologia do espaço urbano por meio da toponímia, como esboço da estrutura rígida, tradicional e excludente das cidades. O argumento é que os espaços urbanos dos municípios, tendo a toponímia como referência e classificação, têm na simbologia dos nomes dos conjuntos habitacionais voltados para a população de mais baixa renda e nos condomínios e bairros voltados para a população de mais alta renda o protagonismo das classes dominantes exercendo o poder de nomeação do espaço e projeção dos seus significados. Essa assimetria simbólica, espelho da segregação urbana das cidades brasileiras, denota formas sutis de dominação e manutenção de desigualdades tanto materiais quanto imateriais.

Por fim, o dossiê traz uma entrevista com Fernando Carrión Mena, do Departamento de Estudos Políticos da FLACSO (Equador), realizada por Carlos Andrés Diaz Mosquera, da Universidade Federal da Bahia. Fernando Carrión Mena é, hoje, presidente da *Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos (OLACCHI)* e um dos principais nomes de pesquisas contemporâneas sobre revitalização dos centros históricos latino-americanos.

Na conversa, Diaz Mosquera e Carrión Mena passeiam por diversos trabalhos do entrevistado, enfrentando temas como as dinâmicas conflitivas que envolvem as disputas dos centros históricos de diferentes cidades latino-americanas, as características das gestões público-privadas implementadas nesses espaços, a validade da aplicação do conceito de “gentrificação” para pensar transformações contemporâneas, a tendência à homogeneização dos espaços urbanos que despontam como resultado da aplicação de teorias e políticas euro-norte-americanas de planejamento e gestão de cidades, etc. Ao final, o intelectual equatoriano

ainda debate trabalhos mais recentes, que se debruçam sobre as ondas migratórias na América Latina, os impactos da COVID-19 nas políticas urbanas, os protestos contemporâneos contra patrimônios materiais e imateriais que homenageiam personagens vinculados à colonização – conquistadores, bandeirantes, escravocratas –, além de conflitos territoriais (urbanos e rurais) que emergem da ampliação das desigualdades em várias cidades da América Latina.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *et al.* (org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALATAS S. F.; SINHA, V. **Sociological Theory Beyond the Canon**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

AMIN, A. Regions unbound: towards a new politics of place. **Geografiska Annaler - Series B, Human Geography**, n. 86, p. 33-44, 2004.

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas**, v. 3, n. 2, p. 381-02, 2013.

ARANTES, R. A. Fugindo dos males da cidade: condomínios residenciais fechados na Grande Salvador. *In*: CARVALHO, I. M. M.; SILVA, S. B. M; SOUZA, A. G.; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). **Metrópoles na Atualidade Brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 231-258.

ARANTES, R. A. O(s) espaço(s) públicos(s) numa cidade desigual e segregada. **Caderno CRH**, v. 34, e021010, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/27018>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Anablume, 2006.

BÓGUS, L. M. M. Segregações urbanas. *In*: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (org.) **Plural de Cidade**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 115-126.

BORDREUIL, S. Espace public, urbanité et mouvements. *In*: JOLÉ, M. (org.) **Actes du séminaire du CIFP de Paris, 2000-2001-2002**. Lyon: CERTU, 2002. p. 45-68.

BORJA, J. **La Ciudad Conquistada**. Madri: Alianza Editorial, 2003.



- BORJA, J.; MUXI. Z. **El espacio público**. Barcelona: Electa, 2003.
- BRENNER, N. What is *critical urban theory*? **City**, v. 13, n. 2-3, p. 198-207, 2009.
- BUNNELL, T.; MARINGANTI, A. Practising urban and regional research beyond metrocentricity. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 34, v. 2, p. 415-420, 2010.
- BURGESS, E. O crescimento da cidade: uma introdução a um projeto de pesquisa. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, n. 2, p.61-70, 2017.
- CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CALDEIRA, T. **Espacio, segregación y arte urbano en Brasil**. Barcelona: Katz, 2010.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARRIÓN, F. El espacio público es una relación, no un espacio. In: RAMÍREZ KURI, Patricia (coord.) **La reinención del espacio público en la ciudad fragmentada**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Sociales, 2016. p. 13-50.
- CARRIÓN, F.; HANLEY, L. (org.) **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un Estado estable**. Quito: FLACSO/Equador, 2005.
- CARVALHO, I.; ARANTES, R. A. Cada qual no seu quadrado: segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea. **EURE**, v. 47, n. 142, p. 49-72, 2021.
- CASSIÁN-YDE, N. Descolonizar las epistemologías urbanas. **Journal of Latin American Geography**, v. 18, n. 3, p. 54-84, 2019.
- DAMMERT, L. Santiago de Chile: Segregación y cotidianidad del temor. In: NOYOLA, J.; DE MATTOS, C. A.; ORELLANA, A. **Urbanización en tiempos de crisis**. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2013. p. 383-414.
- DAVIS, M. **Cidade de Quartz**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DE MATTOS, C. A. Redes, Nodos e Cidades: Transformação da Metrópole Latino-Americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.) **Metrópoles**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 157-196.
- DE MATTOS, C. A. Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existia siegue existiendo. **EURE**, v. 25, n. 76, p. 29-56, 1999.
- DEAR, M. The Los Angeles School of Urbanism: An Intellectual History. **Urban Geography**, v. 24, n. 6, p. 493-509, 2003.
- DUHAU, E. Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. **Cadernos IPPUR**, ano XV, n. 1, p. 41-68, 2001.



EDENSON, T. JAYNE, M. (org.) **Urban Theory beyond the West: a world of cities**. London/New York: Routledge, 2012.

FORTUNA, C. Espaços públicos urbanos e zonas de intermediação cultural. *In*: SILVA, R. H.; ZIVIANE, P. (org.) **Cidade e Cultura: rebatimentos no espaço público**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 12-31.

FORTUNA, C. In praise of other views: The world of cities and the social sciences. **Iberoamericana**, n. 45, p. 137-153, 2012.

FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (org.) **Diálogos Urbanos: territórios, culturas e patrimônios**. Coimbra: Almedina, 2013.

FRANÇA, D. Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. *In*: MARQUES, E. (org.) **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 223-251.

FREHSE, F. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas**, v. 16, p. 100-118, 2016.

FREY, K.; DUARTE, F. Auto-segregação e a Gestão das Cidades. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 5, n. 9, p. 109-120, 2006.

GARCIA, A. S. **Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, 2009.

GOMES, T. D. Racismo Fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. **Vozes de Mulheres, CPT-Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia**. Publicado em 22 mar. 2019. Disponível em: <https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

HABERMAS, J. **Mudança estrutura da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERNÁNDEZ-FLORES, M. *et al.* Urban driving forces and megacity expansion threats: study case in the Mexico City periphery. **Habitat International**, n. 64, p.109–122, 2017.

HOLSTON, J. Os perigosos espaços da cidadania. *In*: HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, 2013. p. 349-353.

JACQUES, P. B. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. *In*: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 107-119.

JAJAMOVICH, G. América Latina y las asimetrías de poder en abordajes sobre producción y circulación de políticas y teorías urbanas. **Revista Quid**, v. 16, n. 8, p. 160-173, 2017.



JANOSCHKA, M. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. **EURE**, v. 28, n. 85, 2002, p. 11-29.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Procesos de gentrificación y desplazamiento en América Latina: una perspectiva comparativista. In: MICHELINI, J. J. **Desafíos metropolitanos: un diálogo entre Europa y América Latina**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2014. p. 82-104.

JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde & Sociedade**, v. 29, n. 2, e180519, 2020.

JIMÉNEZ, D. (org.) **Laberintos urbanos en América Latina**. Quito: Abya-Yala, 2000.

JOSEPH, I. Espace public, urbanite, citoyenneté. In: JOLÉ, M. (org.) **Actes du séminaire du CIFP de Paris, 2000-2001-2002**. Lyon: Certu, 2002. p.33-42.

JOSEPH, I. Paisagens urbanas, coisas públicas. **Caderno CRH**, n. 30/31, p. 11-40, 1999.

JOVCHELOVITCH, S. *et al.* Imagination and Mobility in the City: Porosity of Borders and Human Development in Divided Urban Environments. **Culture & Psychology**, v. 26, n. 4, p. 676–696, 2020.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na MangueTown. **RBCS**, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

MABIN, A. Sedimentando a teoria da cidade do Sul no tempo e lugar. **Sociedade & Estado**, v. 30, n. 2, p. 323-346, 2015.

MARCUSE, P. From critical urban theory to the right to the city. **City**, v. 13, n. 2–3, p. 185–197, 2010.

MARCUSE, P. The Ghetto of Exclusion and the Fortified Enclave: New Patterns in the United States. **American Behavioral Scientist**, v. 41, n. 3, p. 311-326, 1997.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (org.) **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: SENAC, 2005. p. 19-56.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORANGE, M.; SPIRE, A. A Right to the City in the Global South? **Metropolitics**, 17 abr. 2015. Disponível em: www.metropolitiques.eu/Le-droit-a-la-ville-est-il-soluble.html. Acesso em: 14 jan. 2022.



MORRIS, A. **The Scholar Denied: W.E.B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology.** Oakland: University of California Press, 2015.

MURRAY, M. Afterword: re-engaging with transnational urbanism. *In: SAMARA, T.; HE, S.; GUO, C. (org.) Locating right to the city in the Global South.* London: Routledge, 2013. p. 285-305.

NORONHA, L. The Conviviality of the Overpoliced, Detained and Expelled: Refusing Race and Salvaging the Human at the Borders of Britain. **The Sociological Review**, v. 70, n. 1, p. 159-177, 2022.

OLIVEIRA, L. A. Experiência literária e experiência urbana: notas sobre a literatura marginal. **Veredas - Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, v. 1, p. 24-46, 2018.

OLIVEIRA, L. A. **Experiências Estéticas em Movimento: Produção Literária nas Periferias Paulistanas.** Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

OLIVEIRA, L. A.; MANZI, M. Urbanização de assentamentos precarizados e direito à cidade. **Revista Territorialidades**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2020.

PAQUOT, T. **L'espace public.** Paris: Éditions La Découverte, 2009.

PARDUE, D.; OLIVEIRA, L. A. City as Mobility: A Contribution of Brazilian *Saraus* to Urban Theory. **Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, n. 1, e151400, 2018.

PARDUE, D.; OLIVEIRA, L. A. Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 1–19, 2017.

PARK, R. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. *In: PIERSON, D. Estudos de Ecologia Humana.* São Paulo: Martins, 1970. p. 127-142.

PARK, R. Human Migration and the Marginal Man. **American Journal of Sociology**, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.

PATEL, S. Is there a 'south' perspective to urban studies?. *In: PARNELL, S.; OLDFELD, S. (org.) The Routledge Handbook on the Cities of the Global South.* London: Routledge, 2014. p. 37–53.

PATEL, S. Rethinking Urban Studies Today. **Sociological Bulletin**, v. 67, n. 1, p. 1–19, 2018.

PIERSON, D. **Branços e Pretos na Bahia: Estudo de Contacto Racial.** Rio de Janeiro: Campanha Editora Nacional, 1945.

PRÉTECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. **Caderno CRH**, n. 38, p. 27-48, 2003.



- RAMÍREZ KURI, P. La fragilidad del espacio público en la ciudad segregada. *In*: CORDERA, R.; RAMÍREZ KURI, P.; ZICCARDI, A. **Pobreza, Desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI**. Cidade do México: Siglo XXI, 2008. p. 117-134.
- RAO, V. Slum as theory: the South/Asian city and globalization. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, n. 1, p. 225-232, 2006.
- RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do território**: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, p. 29-41, 1989.
- ROSA, T. T. Pensar por margens. *In*: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. (org.) **Nebulosas do pensamento urbanístico**: modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 176-204.
- ROSALDO, R. La pertenencia no es un lujo: procesos de ciudadanía cultural dentro de una sociedad multicultural. **Desacatos**, n. 3, p. 1-13, 2000.
- ROY, A. The 21st-century metropolis: new geographies of theory. **Regional Studies**, v. 43, n. 6, p. 819–830, 2009.
- ROY, A. Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.
- ROY, A. Who's afraid of postcolonial theory? **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 1, p. 200–209, 2015.
- ROY, A.; ONG, A. **Worlding cities**: Asian experiments and the art of being global. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- SANTOS, A. P. *et al.* O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 3, p. 430-442, 2017.
- SANTOS, M. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SASSEN, S. **The Global City**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SELTZER, M.; HALDAR, M. The Other Chicago School: A Sociological Tradition Expropriated and Erased. **Nordic Social Work Research**, v. 5, p. 25-41, 2015.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, M. N. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- SILVEIRA, L. S.; MUNIZ, J. O. Variações intra e inter metropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos MetrÓpole**, v. 16, n. 31, p. 265-289, 2014.



SIMMEL, G. **Cuestiones fundamentales de sociología**. Barcelona: Gedisa, 2002.

SIMONE, A. **Improvised Lives: Rhythms of Endurance in an Urban South**. Cambridge: Polity Press, 2018.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 21, p. 15-31, 2007.

SMITH, N.; LOW, S. **The Politics of Public Space**. New York: Routledge, 2006.

STEVENSON, N. **Cultural Citizenship: Cosmopolitan Questions**. Maidenhead: Open University Press, 2003.

STONEQUIST, E. The Problem of the Marginal Man. **American Journal of Sociology**, v. 41, n. 1, p. 1-12, 1935.

TAYLOR P. World cities and territorial states under conditions of contemporary globalization. **Political Geography**, n. 19, p. 5–32, 2000.

TELLES, E. **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva Sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

VAINER, C. Disseminating ‘best practice’? The coloniality of urban knowledge and city models. In: PARNELL, Susan & OLDFIELD, Sophie (org.) **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. London: Routledge, 2014. p. 48–56.

VALLADARES, L. A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 35-49, 2010.

VEIGA, D. Entre a desigualdade e a exclusão social: estudo de caso da grande Montevideú. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, p. 341-354, 2005.

WACQUANT, L. Gueto, *banlieue*, favela: ferramentas para se repensar a marginalidade urbana. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 2001, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2001. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st17-4/4656-lwacquant-gueto/file>. Acesso em: 14 jan. 2022.

WACQUANT, L. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p. 155-164, 2004.

WATSON, V. Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe’s Central Urban Issues. **Urban Studies**, v. 46, n. 11, p. 2259-2275, 2009.

WEBER, M. **The City**. London: Collier-Macmillan, 1966.

WHYTE, W. F. Introdução: Cornerville e sua gente. In: WHYTE, W. F. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.15-24.

WIRTH, L. Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. p. 99-112.



WIRTH, L. **The Ghetto**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1997.

Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, L. A.; ARANTES, R. A. Práticas e processos de produção do espaço urbano: Descentrando perspectivas. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, e022001, abr., 2022. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp1.16225>

Submetido em: 16/01/2022

Revisões requeridas em: 14/02/2022

Aprovado em: 30/03/2022

Publicado em: 25/04/2022

